

BIS III

Argentina • Brasil • Chile • México • Perú

CONVENÇÃO
IMPACTOS DE BIS III
NA REGIÃO

Desenho e Editoração

Dept. Marketing e Comunicação
Management Solutions Espanha

Fotografias

Arquivo fotográfico da Management Solutions

© **Management Solutions 2012**

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação, total ou parcial, gratuita ou onerosa, por qualquer meio ou procedimento, sem a autorização prévia e por escrito da Management Solutions.

As informações contidas nesta publicação são exclusivamente a título informativo. A Management Solutions não é responsável pelo uso que terceiros possam fazer destas informações. Ninguém pode usar este material sem autorização expressa por parte da Management Solutions.

Índice

<u>Sumário</u>	4
<u>Introdução</u>	5
<u>A Convenção</u>	8
<u>Lima</u>	10
<u>Buenos Aires</u>	14
<u>México D.F.</u>	18
<u>São Paulo</u>	24
<u>Santiago do Chile</u>	28
<u>Anexo</u>	32
<u>Glossário</u>	40

Sumário

As novidades introduzidas por Basileia III como resposta à crise financeira internacional têm fortes implicações, não apenas com respeito às exigências de capital e à introdução de novos requisitos de liquidez e alavancagem, mas também ao governo, organização, processos e sistemas de riscos das entidades.

Embora a Região Latino-Americana esteja atravessando a crise com um impacto mais moderado que os Estados Unidos ou a Europa, não há dúvida de que seus efeitos possam desacelerar seu crescimento, ainda que as perspectivas continuem sendo positivas. Não obstante, é preciso também considerar que o ciclo atual de expansão pode levar, no futuro, a situações semelhantes às vividas na Europa e nos Estados Unidos se algumas providências não forem tomadas com urgência, na sua maioria contempladas na norma de Basileia.

Basileia III implica, portanto, uma melhora substancial na regulação prudencial de riscos, que também tem impacto em todos os âmbitos da gestão e que suscita novas perguntas.

O avanço na melhoria da gestão de riscos em uma entidade consiste em uma necessidade que é reforçada pelas novas exigências regulatórias, mas que requer grandes esforços de todas as partes envolvidas. A Management Solutions entende que através do compartilhamento de experiências e visões sobre esta questão, contribui-se com o setor financeiro em seu conjunto para encontrar soluções para problemas comuns.

Com este propósito, a Management Solutions, firma internacional de serviços de consultoria, reuniu em uma Convenção um grupo seletivo de especialistas (reguladores, responsáveis pela função de Riscos de grandes grupos internacionais e de líderes nacionais e especialistas independentes), com o objetivo de compartilhar sua experiência no processo de adequação a Basileia II e sua visão dos novos impactos de Basileia III.

Assim, esta Convenção pretende dar continuidade à iniciativa que a Management Solutions organizou em 2008, por motivo da entrada em vigor de Basileia II, e com isso repassar os avanços conseguidos desde então.

Concebida a partir de uma perspectiva global, a Convenção foi realizada durante o mês de maio em cinco sedes: Argentina, Brasil, Chile, México e Peru, com a intenção de abranger também as diferenças que existem em nível nacional e, com isso, enriquecer a análise. Contar com a opinião dos supervisores nacionais, das principais instituições financeiras nacionais e internacionais, assim como de especialistas independentes fez da Convenção um marco único para compartilhar experiências sobre os impactos de Basileia na gestão de riscos das instituições financeiras.

Este documento resume as principais questões abordadas durante a Convenção, em que se discutiram experiências atuais do processo de implantação e analisou-se a modificação do papel das autoridades supervisoras.



Introdução



Os acordos de capital de Basileia: BIS I e II

Os Acordos de Basileia são recomendações sobre regulação e supervisão bancária emitidos pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Embora não sejam vinculantes, na prática têm sido adotados por mais de 100 países e integrados em sua regulação local. Essencialmente, os Acordos de Basileia visam assegurar a capacidade dos bancos de absorver as perdas derivadas dos riscos inerentes à sua atividade.

Em 1974, foi criado o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, em resposta à quebra do banco alemão Herstatt, que enfatizou a necessidade de favorecer uma regulação bancária que estabelecesse um capital mínimo para as entidades financeiras em função dos riscos assumidos por estas.

O primeiro acordo emitido, conhecido como Basileia I ou BIS I, foi publicado em 1988 e estabelecia que o capital mínimo que uma entidade devia ter seria de 8% dos riscos que enfrentava. Este foi um passo para garantir a capacidade dos bancos de assumirem suas perdas.

Não obstante, a Basileia I tinha importantes limitações; particularmente, considerava que todas as contrapartes tinham

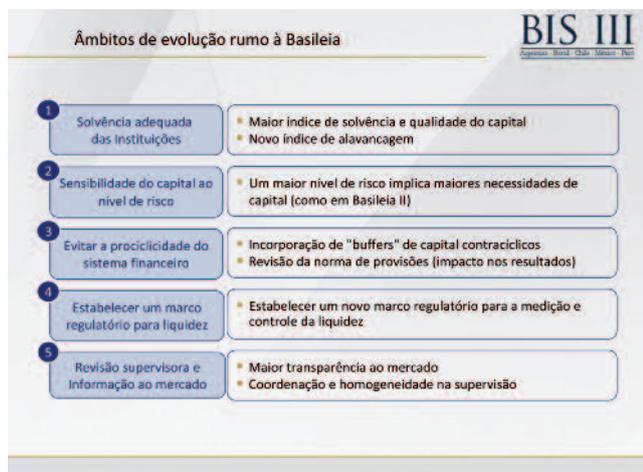
a mesma qualidade creditícia e, com a inovação financeira dos anos 90, isto gerou possibilidades de arbitragem.

Com tudo isso, em 2004 foi publicado a Basileia II ou BIS II, com o objetivo de convergir a medição dos riscos realizada pelos supervisores e a calculada pelas próprias instituições financeiras. Pretendia, portanto, homogeneizar a legislação e a regulação bancária em termos de risco e, para isso, foi mais além de uma porcentagem mínima de recursos próprios e fomentou o desenvolvimento de alguns procedimentos internos de gestão adequados aos riscos assumidos.

Basileia II foi estruturada em três pilares:

- ▶ Pilar I: centrado na metodologia de cálculo do capital regulatório necessário para cobrir adequadamente os riscos de crédito, de mercado e operacional, incorporando um método padrão e métodos avançados.
- ▶ Pilar II: dedicado a potencializar as atividades supervisoras e a aumentar a capacidade de autoavaliação dos níveis de capital por parte das entidades que dispunham de um modelo de capital econômico que integrasse adequadamente todos os seus riscos.

Gráfico 1



- Pilar III: responsável por melhorar a transparência das informações a terceiros, exigindo que as entidades forneçam informações claras sobre seu perfil de risco, bem como sobre as atividades e controles utilizados para diminuir os riscos assumidos.

Basileia III

Por último, em 2010 foi publicado a Basileia III ou BIS III, em parte motivado pelas carências observadas na crise financeira iniciada em 2007. Seus objetivos podem ser resumidos em garantir a solvência e a liquidez das instituições financeiras, evitando a prociclicidade (Gráfico 1).

Para alcançar estes objetivos, a Basileia III estabelece seis grandes medidas:

- 1. Aumento da qualidade, consistência e transparência do capital:** A Basileia III modifica o tipo de instrumentos que podem fazer parte do capital tier 1 e tier 2, e elimina o conceito de capital tier 3. Endurece os requisitos incluindo um buffer de conservação do capital de 2,5%, cujo incumprimento restringe o pagamento de dividendos e de bonificação (Gráfico 2). O aumento dos requisitos será gradual, seguindo um calendário proposto de Basileia (Gráfico 3).
- 2. Requisitos para entidades sistêmicas:** A Basileia III introduz um requisito adicional de capital para as instituições financeiras consideradas de importância sistêmica, determinado entre 1% e 2,5%.

Gráfico 2

Âmbitos de evolução rumo à Basileia

	Índice Common Equity	Índice Solvência
Atual (BIS II)	2%	8%
Restringe pagamento de dividendos e bonificação	4,5%	8%
Minimo BIS III	4,5%	8%
Buffer de conservação de capital	2,5%	
Minimo + Buffer de conservação	7%	10,5%
Categoria Buffer contracíclico	0 - 2,5%	
Minimo + Buffer de conservação + Buffer contracíclico	9,5%	13%
Buffer para entidades com importância sistêmica	1 - 2,5%	
Minimo + Total Buffers	12%	15,5%

► O cumprimento dos novos índices poderá ser realizado gradualmente de 2013 a 2019
 ► Posteriormente, incluiu-se um buffer de capital de entre 1% e 2,5% para instituições com importância sistêmica. Em função de sua importância, estas instituições são categorizadas em quatro buckets (de 1% a 2,5%, com um quinto bucket a 3,5% para uso futuro (hoje vazio).
 ► No final de outubro de 2011, a exigência de capital de máxima qualidade na Europa ampliou-se até 9%, que deverá ser cumprido antes de julho de 2012 sobre a base de planos acordados com o supervisor e a EBA

- 3. Ampliação da cobertura de riscos:** A Basileia III promove uma gestão integrada de risco de mercado e de contraparte, introduz o risco por deterioração vinculado ao CVA, aumenta os requisitos de capital a exposições com derivativos e repos, e propõe outras medidas para incentivar a negociação de derivativos OTC através de contrapartes centrais.
- 4. Limite para alavancagem:** com o objetivo de controlar o alavancagem do sistema financeiro, a Basileia III introduz um índice de capital tier 1 sobre exposição mínimo de 3%, que deverá ser cumprido até 2018.
- 5. Diminuição da prociclicidade:** para reduzir a prociclicidade do sistema financeiro, a Basileia III introduz, entre outras medidas, um buffer de capital contracíclico de entre 0% e 2,5%, que deve ser acumulado nos anos de bonança para ser utilizado nos períodos de estresse.
- 6. Medição e controle da liquidez:** entre outras ferramentas de acompanhamento, a Basileia III propõe dois índices de liquidez: o *liquidity coverage ratio* (LCR), a curto prazo, e o *net stable funding ratio* (NSFR), a longo prazo. Ambos devem ser maiores que 100%; em seu último estudo sobre liquidez, publicado em abril de 2012, o Comitê de Basileia observou que ainda havia um longo percurso para cumprir este objetivo (Gráfico 4).

A Convenção

Durante o mês de maio, a Management Solutions organizou a Convenção de Impactos de Basileia III na Região Latino-Americana. O evento foi realizado em cinco das principais sedes financeiras da Região Latino-Americana:

- ▶ Lima (15/05/2012)
- ▶ Buenos Aires (17/05/2012)
- ▶ México D.F. (22/05/2012)
- ▶ São Paulo (22/05/2012)
- ▶ Santiago do Chile (24/05/2012)

Participaram da Convenção reguladores, entidades globais, bancos locais e especialistas independentes, que compartilharam suas visões e experiência no assunto.

A Convenção teve uma participação de mais de 1.000 profissionais do setor, superando, inclusive, o evento sobre a Basileia II realizado em 2008, com uma excelente acolhida nos cinco países onde foi realizado.

Esta seção discorre com detalhes o que ocorreu durante os cinco dias da Convenção.





PERU
LIMA
15-05-2012

CHILE
SANTIAGO DO CHILE
24-05-2012

MÉXICO
MÉXICO D.F.
22-05-2012

BRASIL
SÃO PAULO
22-05-2012

ARGENTINA
BUENOS AIRES
17-05-2012

A Convenção

Lima



Introdução

A Convenção em Lima foi realizada na terça-feira, 15 de maio de 2012, e contou com a participação da seguinte equipe de palestrantes:

Sr. Jimmy Izu Kanashiro, Coordenador Executivo do Departamento de Regulação da Superintendência de Bancos, Seguros e AFP (SBS).

Sr. Angel Mencía, Diretor de Tecnologia e Metodologia de Crédito do Interbank. Riscos do Grupo BBVA.

Sr. Reynaldo Llosa, Gerente Central de Riscos do Banco de Crédito del Peru.

Sr. Marcelo González, Gerente-Geral Adjunto de Riscos do BBVA Banco Continental.

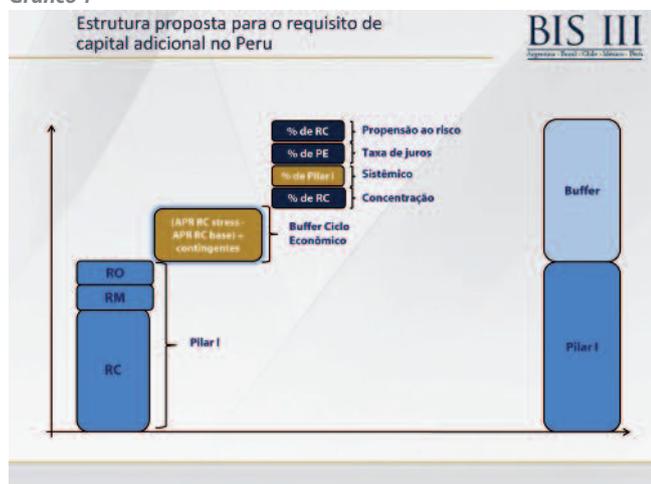
Sr. Rafael Castañeda, Subgerente de Modelos de Risco de Crédito no Interbank.

Sr. José Luis Carazo, Sócio da Management Solutions.



Sr. Reynaldo Llosa (Banco de Crédito del Peru), Sr. Marcelo González (BBVA Banco Continental) e Sr. Rafael Castañeda (Interbank)

Gráfico 1



Sr. Jimmy Izu Kanashiro (SBS)

Resumo das palestras

Sr. Jimmy Izu Kanashiro (Superintendência de Bancos, Seguros e AFP) explicou o contexto dentro do qual foram ditas as normas de Basileia I e II, e de que forma essa norma foi transferida ao Peru em seus diferentes aspectos: requisito patrimonial por risco creditício e risco de mercado.

Não obstante, a crise financeira internacional demonstrou a importância de complementar este marco regulatório com uma análise macroprudencial do risco de liquidez, do âmbito da regulação e da importância do risco sistêmico (“too interconnected to fail”, em contraposição ao “too big to fail” de paradigmas anteriores). Frente a isso, a Basileia III propõe aumentos do nível de capital e melhoras de sua qualidade, assim como padrões mais estritos de liquidez.

No Peru, estas mudanças têm sido transferidas à regulação paulatinamente, através do requisito de capital adicional segundo o ciclo econômico, o risco de concentração, o risco

sistêmico, o risco de taxa de juros do balanço e a propensão ao risco (Gráfico 1). Paralelamente, foi publicado o projeto de Regulamento para a Gestão del Risco de Liquidez, que abrange a abordagem de liquidez de Basileia III.

Sr. Ángel Mencía (Grupo BBVA) enfatizou que um desafio para os grupos internacionais é lidar com as múltiplas interações com instituições distintas e, por isso, é fundamental garantir uma abordagem global (Gráfico 2). Com relação ao Basileia III, o novo marco regulatório implica impactos significativos em termos de capital (mais e de melhor qualidade), maiores reservas de liquidez e uma redução do alavancagem. Frente a estas mudanças, o Grupo BBVA reafirma-se em seus princípios: diversificação geográfica, modelo de banco universal, gestão descentralizada e antecipada de capital e liquidez, e prudência na gestão de riscos.

Gráfico 2



Gráfico 3

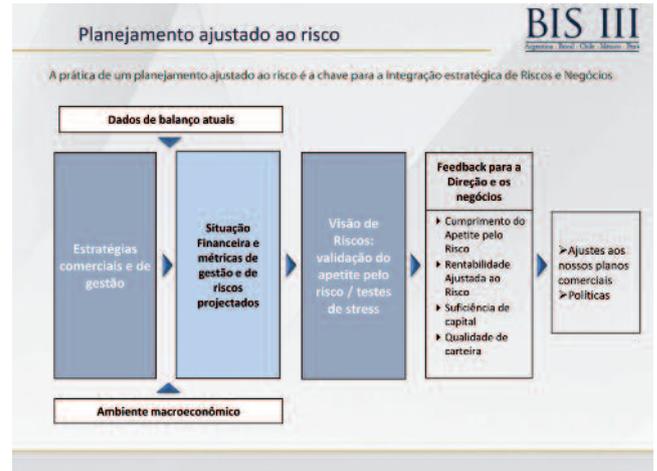


Gráfico 4

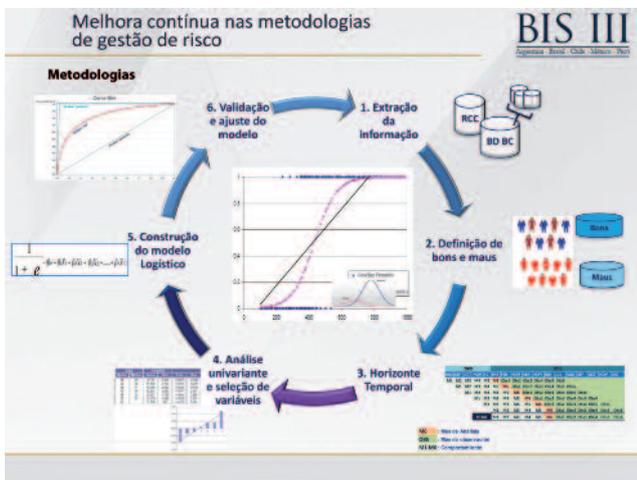
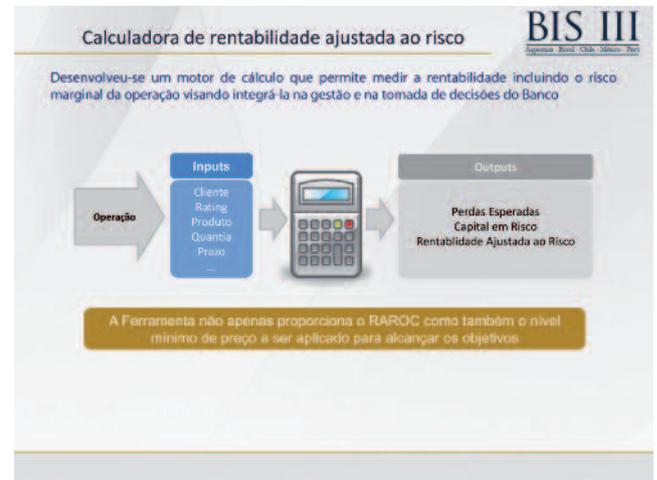


Gráfico 5



Sr. José Luis Carazo (Management Solutions) indicou que a adaptação às melhores práticas de gestão do risco tem impactos quantitativos e qualitativos na gestão das instituições financeiras. Estes impactos implicam o trabalho em iniciativas relativas à organização e governo da Função de Riscos, a materialização do apetite pelo risco, a otimização do capital, a diminuição da prociclicidade, a medição da rentabilidade ajustada ao risco e outras medidas em risco de crédito, de liquidez, de mercado, de contraparte e operacional. Além disso, enfatizou-se que a gestão do risco deve se sustentar em um sistema de informação que vele pela qualidade e unicidade de dados.

No período da tarde, distintos palestrantes das principais instituições financeiras do Peru compartilharam as experiências de suas instituições.

Sr. Reynaldo Llosa (Banco de Crédito del Peru) compartilhou sua visão com relação à integração entre as funções de riscos e as comerciais. No negócio varejista, a integração é refletida no uso

de leads para a venda de produtos. As melhorias na estimativa do montante das linhas e nos dados para contato (dados de telefone fixo, celular, email, endereço residencial, escritório, etc.) foram amostras notáveis de integração. No negócio atacadista, a integração traduziu-se na aplicação de um pricing ajustado ao risco; no negócio de Tesouraria, o suporte metodológico de Riscos favoreceu o crescimento e o lançamento de novos produtos. Em nível estratégico, trabalhou-se na definição do apetite pelo risco como elemento-chave de um planejamento ajustado ao risco para a entidade (Gráfico 3).

Sr. Marcelo González (BBVA Banco Continental) enfocou sua experiência na gestão do risco em um ambiente de expansão do crédito. Devido à evolução recente da economia peruana, foi importante o enfoque em três aspectos-chave: a fixação do apetite pelo risco no nível máximo da entidade, a atenção ao



Sr. Angel Mencía (Grupo BBVA)

asset allocation e um modelo de gestão do risco em permanente aprimoramento e desenvolvimento, integrado na gestão e com monitoramento permanente. Do ponto de vista metodológico, a melhoria contínua gera um círculo virtuoso que contribui para o aumento da capacidade de antecipação e prevenção (Gráfico 4).

Finalmente, Sr. Rafael Castañeda (Interbank) discorreu sobre a relação entre rentabilidade ajustada ao risco e pricing das operações. Através de exemplos práticos demonstrou-se a importância da ferramenta para integrá-la na gestão, obter uma visão prospectiva do risco e analisar a criação de valor para a entidade das operações e os clientes (Gráfico 5).

Conclusões

A Convenção Regional sobre os Impactos de Basileia III na Região realizada no Peru concluiu que o país está avançando na adaptação de seu marco regulatório aos preceitos propostos de Basileia III. Paralelamente, as entidades participantes apresentaram seus avanços na aplicação dos padrões de Basileia na gestão de riscos e reconheceram a importância de continuar desenvolvendo de forma permanente seu modelo de gestão visando uma maior integração com a função comercial e uma participação decisiva na medição do processo de geração de valor e no planejamento estratégico das entidades.

A Convenção

Buenos Aires



Introdução

A Convenção em Buenos Aires foi realizada na quinta-feira, 17 de maio de 2012, e contou com a participação da seguinte equipe de palestrantes:

Sra. Verónica Balzarotti, Gerente Principal do Banco Central da República Argentina.

Sr. Ángel Mencía, Diretor de Tecnologia e Metodologia de Riscos do Grupo BBVA.

Sr. Jaime Caraza, Diretor de Metodologia de Riscos do Grupo Santander.

Sr. Eugenio Rogero González, Diretor-Geral de Riscos do BBVA Francês.

Sr. José Caruso, Gerente de Análise de Risco do Banco Credicoop.

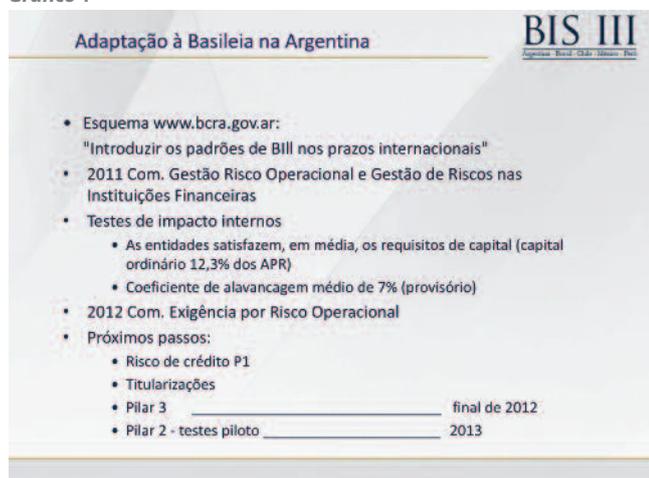
Sr. Juan Carlos L'Afflito, Gerente de Gestão do Risco do Banco Galicia.

Sr. Santiago Nemiña, Gerente de Riscos de Solvência do Banco Santander Río.

Sr. José Luis Carazo e Sr. Hernán Enríquez, Sócios da Management Solutions.



Gráfico 1



Resumo das palestras

Sra. Verónica Balzarotti (Banco Central da República Argentina) expôs sua visão sobre as razões que impulsionaram os avanços rumo à Basileia III, enfatizando que ainda são "alvos em movimento" e que ocorrem em um contexto de novidades regulatórias que excedem as normas de liquidez e solvência. Fez um resumo das mudanças com respeito aos documentos anteriores do Comitê de Basileia, com ênfase especial na gestão do risco de liquidez. Com relação à Argentina, explicou seu ponto de vista sobre a adaptação local às propostas de Basileia III e a importância dos objetivos do acordo emitido em setembro de 2011 e pelas comunicações publicadas no último ano, relacionadas à gestão integral do risco, ao governo societário, ao cálculo de capital mínimo por risco operacional e à transparência de mercado (Gráfico 1).

Por outro lado, ressaltou os estudos de impacto quantitativo dos índices de liquidez (LCR e NSFR) que estão sendo realizados em nível local em uma amostra de bancos. Em linha com os avanços regulatórios, comentou a importância da disponibilidade da informação e da capacitação das entidades a esse respeito.

Os grupos globais compartilharam suas experiências relativas à implantação de Basileia III e os resultados do índice exigido pela EBA, calculado recentemente.

Sr. Jaime Caraza (Grupo Santander) apresentou o trabalho que a entidade tem abordado nos últimos anos para sua adequação ao Basileia III através de um *rollout* que abarca as distintas unidades. Nesta linha, enfatizou que, dentro das implicações destas implementações, foram realizadas mudanças importantes na governança e na organização do Grupo. Além disso, foi preciso evoluir no que diz respeito à integração na gestão dos modelos (mediante a gestão de limites, modelos de RORAC e pricing, etc.). Por último, enfatizou os desafios enfrentados durante a implementação de ferramentas corporativas nas unidades e a gestão da mudança rumo a modelos e metodologias padronizadas (Gráfico 2).

Por sua vez, Sr. Ángel Mencía (Grupo BBVA) expôs os desafios a serem enfrentados para a adaptação de Basileia III no ambiente macroeconômico atual. Neste sentido, enfatizou as alavancas com as quais o Grupo BBVA conta atualmente para se posicionar frente à crise: seus modelos de negócio universais e diversificados geograficamente, a antecipação e a

Gráfico 2

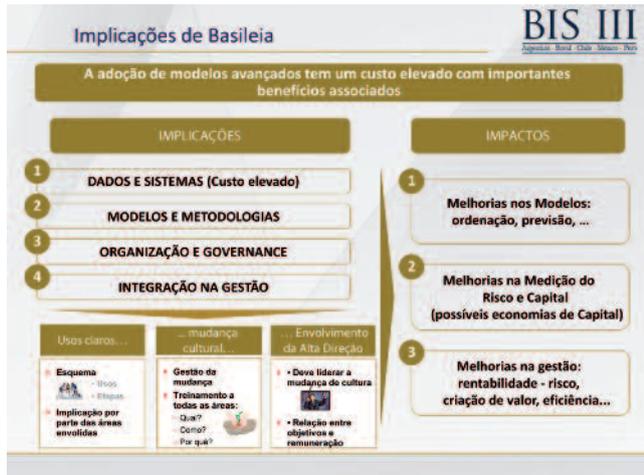


Gráfico 3



Gráfico 4

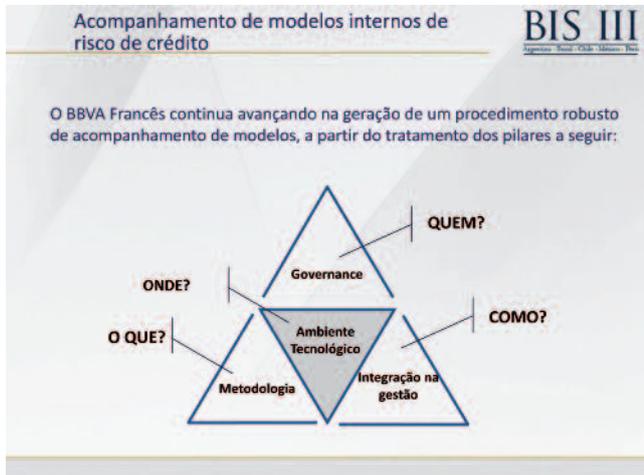
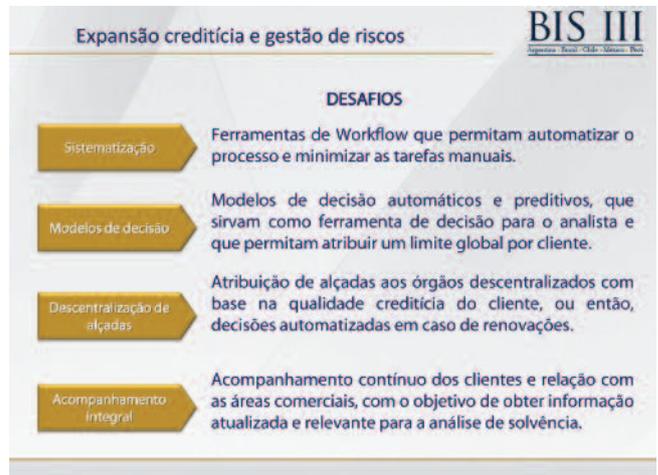


Gráfico 5



descentralização na gestão de capital e liquidez e a prudência na gestão dos riscos a que a entidade se encontra exposta (Gráfico 3).

Sr. José Luis Carazo (Management Solutions) expôs a evolução da gestão de riscos no ambiente de Basileia III e contribuiu com sua visão de como poderia ser o processo gradual de adaptação na Argentina, através das experiências vividas em mercados que já iniciaram o caminho. Destacou os avanços para uma gestão integral do risco com respeito à organização e governo de riscos, o apetite pelo risco, o capital, os sistemas de informação e a gestão específica de cada um dos riscos: crédito, liquidez, operacional, mercado e contraparte.

No período da tarde, distintos palestrantes compartilharam suas experiências nas instituições argentinas. Além disso, expuseram seu grau de avanço com respeito à implementação das orientações do BCRA relativos à gestão integral de riscos.

Sr. Eugenio Rogero González (BBVA Francês) expôs os avanços realizados no âmbito do acompanhamento dos modelos internos de risco de crédito, enfatizando a importância de seus processos de acompanhamento, manutenção, supervisão e controle. Além disso, detalhou os pilares de tal processo, sua forma de administração e os próximos passos a serem abordados nesta linha (Gráfico 4).

Por sua vez, Sr. José Caruso (Banco Credicoop) explicitou as diferenças conceituais existentes na gestão ao se tratar de um banco cooperativo e referiu-se ao crescimento de sua carteira creditícia no contexto econômico argentino dos últimos anos, assim como os impactos operacionais e estruturais derivados deste crescimento. Assim, detalhou a importância da implantação de modelos internos de risco de crédito, a otimização dos processos de admissão e acompanhamento, e a necessidade de modificações no ambiente tecnológico para acompanhar estas medidas. Finalmente, comentou os desafios que a entidade está enfrentando para uma gestão eficiente de seus riscos creditícios (Gráfico 5).



Sr. Eugenio Rogero (BBVA), Sr. Juan Carlos L'Afflitto (Banco Galicia), Sr. José Caruso (Credicoop), Sr. Santiago Nemiña (Banco Santander Río)

Gráfico 6



Sr. Juan Carlos L'Afflitto (Banco Galicia) expôs a evolução rumo à gestão integral de riscos, enfatizando os pilares sobre os quais o processo foi desenvolvido no Banco Galicia (modelos, metodologias, RAROC, pricing, apetite pelo risco e testes de estresse) e as implicações associadas. Nesta ordem de ideias, destacou os avanços metodológicos realizados inclinados às propostas de Basileia II e III, destacando que, além de cumprir uma regulação, a entidade tinha como objetivo básico conseguir melhorias na gestão (Gráfico 6).

Encerrando o evento, Sr. Santiago Nemiña (Banco Santander Río) comentou sobre a importância de uma gestão coordenada entre as áreas Comerciais e de Riscos, expondo os avanços do Banco a esse respeito. Embora tradicionalmente tratavam-se de visões contrapostas que limitavam a capacidade de geração de negócio, através do estabelecimento de canais de comunicação fluidos e mecanismos de coordenação, a entidade desenvolveu iniciativas conjuntas que geraram um impulso comercial diferencial (Gráfico 7). Atualmente, a área de Riscos encontra-se na liderança de alguns projetos que buscam oferecer um valor agregado na análise, planejamento e gestão do negócio.

Gráfico 7



Conclusões

A Convenção Regional sobre os Impactos de Basileia III na Região realizada em Buenos Aires deu-se em um momento-chave, devido às iniciativas impulsionadas recentemente pelo Banco Central da República Argentina nesta linha. Pode-se concluir que as entidades têm avançado nos últimos anos em termos de gestão e atualmente se encontram em uma boa posição de partida frente aos potenciais requisitos do regulador, embora ainda haja um longo caminho a percorrer. Este caminho será longo e complexo; porém, tanto o Regulador como os principais bancos do setor estão convencidos da necessidade de avançar nesta linha, como tem ocorrido com os demais mercados internacionais.

A Convenção

México D.F.



Introdução

A Convenção no México DF foi realizada na terça-feira, 22 de maio de 2012, e contou com a participação da seguinte equipe de palestrantes:

Atuário Alan Elizondo, Vice-presidente Técnico da Comissão Nacional Bancária e de Valores (CNBV).

Sr. Manuel Castro, Diretor-Geral de Riscos do Grupo BBVA.

Sr. Javier Torres, Diretor de Controle Integral e Validação Interna do Grupo Santander.

Engenheiro Heleodoro Ruiz, Copresidente da Comissão de Crédito da Associação Bancária do México.

Dr. Carlos Serrano, Vice-presidente de Política Regulatória da Comissão Nacional Bancária e de Valores (CNBV).

Dr. Xavier Corvera, Diretor de Infraestrutura de Riscos do Banamex.

Dr. Javier Márquez, Diretor-Geral de Riscos do Banorte.

Sr. Juan Carlos Estepa, Diretor-Geral de Riscos do BBVA Bancomer.

Licenciado José Carlos Ávila, Diretor-Geral de Riscos do Santander México.

Engenheiro Alfonso de Lara, Diretor de Administração de Riscos do Scotiabank México.

Sr. José Luis Carazo e Sr. Julio Holgado, Sócios da Management Solutions.



Sr. Manuel Castro (Grupo BBVA)

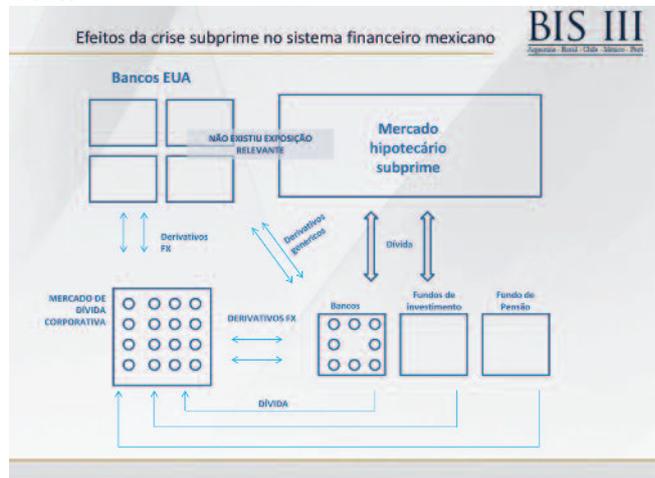


Atuário Alan Elizondo (CNBV)



Sr. Javier Torres (Grupo Santander)

Gráfico 1



Resumo das palestras

O atuário Alan Elizondo (Comissão Nacional Bancária e de Valores) explicou a situação do México com respeito ao processo de Basileia III, iniciando sua reflexão com as seguintes perguntas: Um país como o México deve aderir às mudanças regulatórias propostas de Basileia III? Nesse caso, que impactos teria tal decisão?

Com relação à primeira questão, afirmou que indubitavelmente o México deveria aderir. Não apenas porque em 2008 seu setor bancário sofreu os mesmos efeitos do setor americano com respeito à crise por haver tido o mesmo tipo exposição (Gráfico 1), mas também porque os canais de contágio foram diferentes dos previstos na Basileia II e as matrizes dos principais bancos mexicanos estão sujeitas ao novo marco.

Quanto aos impactos, considera-se um efeito marginal devido ao alto índice de capitalização do setor bancário mexicano (o índice de solvência médio superou 12,5% no final de 2011). Isto se deve a uma série de forças que o acordo regulatório atual já possui. Por exemplo, a definição de recursos próprios computáveis é mais restritiva (sem consideração do tier 3 e a limitação para os títulos subordinados, entre outros); já existe uma regulação de liquidez para moeda estrangeira; o uso de

modelos internos para risco de mercado está limitado e empregam-se volatilidades em concordância com as taxas locais; realiza-se um encargo de capital pelo banking book; e a operação de derivativos é supervisionada rigorosamente, entre outros.

Dada esta situação, o supervisor propôs em sua intervenção quais prioridades o México deveria então observar para a adoção de Basileia III.

Em primeiro lugar, o reforço do Pilar 1, destacando aqui a nova norma de reservas contábeis já implantada parcialmente. A Comissão propôs à indústria um modelo de reservas baseadas em perdas esperadas e considerou o risco sistêmico mediante a incorporação de variáveis sistêmicas. Em segundo lugar, o reforço da atividade supervisora com uma maior especialização baseada no Pilar 1. Em terceiro lugar, a aplicação de um marco robusto do Pilar 2. E, por último, a utilização da informação desagregada ao máximo nível granular como elemento-chave para a supervisão da entidade e também do sistema bancário em seu conjunto.

Por outro lado, os grupos globais compartilharam suas experiências relativas à implantação de BIS III.



Bel. Carlos Serrano (CNBV)



Eng. Heleodoro Ruiz (ABM)

Gráfico 2



Gráfico 3



Sr. Manuel Castro (Grupo BBVA) repassou a necessidade de continuar evoluindo na normalização da gestão do risco nas distintas unidades do grupo e no fomento de uma maior coordenação do ponto de vista de homogeneidade e segurança supervisora. Destacou a força da gestão de riscos do grupo (Gráfico 2).

Durante sua palestra, além de repassar os aspectos sobre os quais circundam a Basileia III, analisaram-se as solicitações propostas pela indústria para cuidar da homogeneidade, da antecipação e da segurança regulatória, com o objetivo de alcançar um marco regulatório que integre o mesmo grau de desenvolvimento dos distintos mercados, que avalie o impacto dos índices de liquidez, que seja aplicável ao total de entidades para evitar o shadow banking, e tudo isso com o apoio de uma maior supervisão.

Por sua vez, Sr. Javier Torres (Grupo Santander) começou com um resumo do contexto normativo resultante da chegada de Basileia III; basicamente, maior sensibilidade do capital ao risco, potenciação da revisão supervisora mediante uma maior transparência e coordenação, maior solvência e qualidade do capital, diminuição da prociclicidade mediante buffers

anticíclicos, e marco normativo para a liquidez, entre outros. Em seguida, analisaram-se as lições aprendidas durante a crise: a importância da medição real das perdas esperadas, o fato de que a solvência sem a liquidez não assegura a continuidade, a dificuldade que implica a avaliação correta dos ativos e riscos, a verdadeira qualidade do capital para absorver perdas (Gráfico 3), a gravidade real do risco sistêmico, a importância das medidas anticíclicas e, por último, a insuficiência (não a invalidez) de Basileia II. Concluiu compartilhando a situação do Grupo Santander e seu grau de adaptação ao Basileia.

Sr. José Luis Carazo (Management Solutions) centrou sua palestra nos novos desafios para as instituições financeiras no âmbito da gestão de riscos e a adequação à norma de Basileia. Partindo de sua experiência acompanhando as principais instituições financeiras de âmbito nacional e internacional em sua evolução para superar estes desafios, apontou as principais tendências dentro do perímetro da gestão de riscos, que discriminou através de uma análise da organização e da governança de riscos, o apetite pelo risco, o capital e a rentabilidade ajustada ao risco, as tendências em risco de crédito, de liquidez, de mercado, de contraparte e operacional, e concluiu revisando as implicações nos sistemas de informação de riscos.

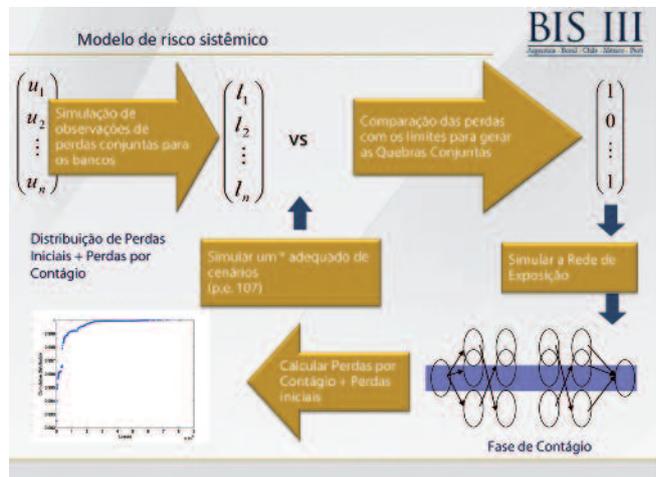


Dr. Javier Márquez (Banorte), Dr. Xavier Corvera (Banamex), Dr. Carlos Serrano (CNBV), Eng. Heleodoro Ruiz (ABM), Sr. Juan Carlos Estepa (Bancomer), Bel. José Carlos Ávila (Santander México), Eng. Alfonso de Lara (Scotiabank México) y Sr. Julio Holgado (Management Solutions)

Gráfico 4



Gráfico 5



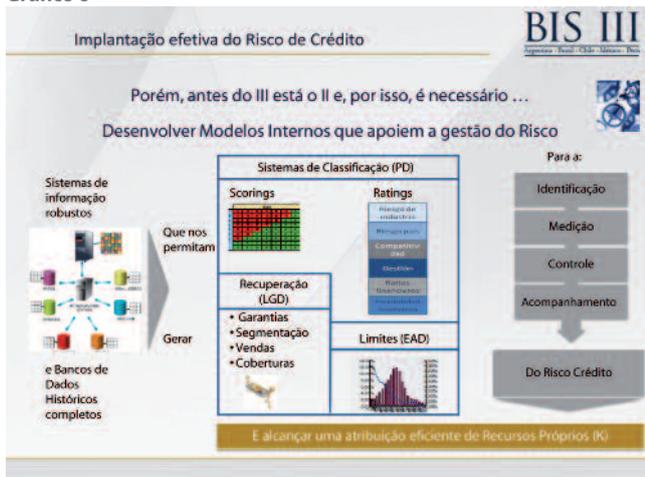
No período da tarde realizou-se uma mesa redonda, moderada pelo Engenheiro Heleodoro Ruiz em sua condição de Copresidente da Comissão de Crédito da ABM. Nesta mesa, os diferentes palestrantes iniciaram suas intervenções com algumas palavras em que destacaram diferentes âmbitos de Basileia.

Primeiramente, entrevi o Dr. Carlos Serrano (Comissão Nacional Bancária e de Valores), repassando brevemente as implicações de Basileia III na Circular Única, nas seções de Definição de capital regulatório, Razões de capital, Suplemento de conservação de capital e Alertas precoces. Em suma, a proposta de requisito de capital ficaria fixada em alguns requisitos mínimos de 8% além de um buffer de conservação de 2,5%. Com base no anterior e em uma estratégia de alertas precoces (Gráfico 4), a Comissão classificaria as instituições em categorias, para efeitos de supervisão e de medidas preventivas ou corretivas. Por último, recordou as medidas propostas relativas a securitização e liquidez.

Em seguida, o Dr. Xavier Corvera (Banamex) centrou sua intervenção na consideração do risco de contágio por parte dos modelos internos. Particularmente, como abranger a alta dependência entre eventos de incumprimento, considerando a rede de devedores e seus níveis de dependência e, finalmente, calculando probabilidades de incumprimento levando em conta os credores. Resumindo, se os reguladores devem controlar o risco de contágio entre entidades, as entidades devem, da mesma forma, controlar o risco de contágio de credores em vários níveis.

O Dr. Javier Márquez (Banorte) aprofundou-se na ideia anterior, afirmando que a Basileia III procura administrar o risco de contágio de várias formas: aumentando a qualidade e quantidade de capital pelos efeitos de interconexão, acrescentando índices de alavancagem e liquidez para diminuir o risco, maior capital para securitizações ou para incluir o CVA nos derivativos, e incentivando a contratação através de contrapartes centrais.

Gráfico 6



Contudo, a Basileia III não quantifica nem modeliza o risco sistêmico de maneira direta. Neste sentido, o palestrante sugeriu uma linha de modelização baseada em redes, em que a distribuição de perdas final abranja as probabilidades condicionadas por tal sistema de redes, onde os bancos são nós do sistema (Gráfico 5).

Nesta linha, Sr. Juan Carlos Estepa (BBVA Bancomer) apresentou a necessidade de continuar desenvolvendo modelos internos de risco de crédito (Gráfico 6) com o objetivo final de poder definir estratégias de negócio, identificar nichos de mercado, comparar clientes em concordância com o apetite pelo risco de cada instituição, realizar uma segmentação, calcular rentabilidades e atribuir pricing, quantificar provisões e administrar capital econômico. Da mesma forma, durante a mesa redonda enfatizou a necessidade de definir um marco de referência que apoie a implantação efetiva da regulação, baseando-se na criação de áreas de Validação Interna, no planejamento conjunto de todas as atividades relacionadas ao processo de certificação e na definição de mudanças relevantes e não relevantes para reavaliar os modelos aprovados anteriormente.

O bacharel José Carlos Ávila (Santander México) relatou a experiência de sua entidade no processo de adaptação à Basileia, destacando que em tal processo, iniciado em 2005, foi necessário o avanço e aprofundamento em diferentes âmbitos de trabalho (dados, metodologia, documentação) e a participação de diferentes direções da entidade (Riscos, Tecnologia e Operações, Organização, Finanças, Validação Interna e Auditoria Interna, entre outros (Gráfico 7)).

Por último, o Engenheiro Alfonso de Lara (Scotiabank) repassou também a trajetória percorrida por sua entidade rumo à Basileia, iniciada também em 2005. Concretamente, sua entidade direcionou seus esforços nos modelos IRB e no cumprimento de Basileia III, principalmente com respeito à liquidez, capital e risco de contraparte.

Gráfico 7



Particularmente, destacou o desenvolvimento dos modelos internos de provisões e capital, a criação do modelo de rentabilidade ajustada ao risco, os cálculos de LCR e NSFR sob o BIS III, os modelos para a estimativa do risco de contraparte e o cumprimento de novas normas de capital; tudo isso sem esquecer das implicações em termos de organização, governança, processos, sistemas e reporting.

Conclusões

A Convenção Regional sobre os Impactos de Basileia III na Região realizada no México concluiu que este país deve e pode amparar-se na nova norma de Basileia III, entendida como um complemento melhorado de Basileia II.

“Deve” porque o México está exposto aos mesmos riscos que se destacaram na crise recente, apesar de não haver seu resultado afetado de forma significativa pela mesma.

“Pode” porque o nível de capitalização da indústria bancária permite uma adaptação rápida e neutra dos novos requisitos de capital e porque as entidades já iniciaram seus processos de adaptação à Basileia.

Apesar disso, tanto os supervisores como a indústria são conscientes de que a adaptação à Basileia requer normas transparentes e homogêneas para com os demais países e uma adaptação de forma graduada.

Em resumo, todos os palestrantes e participantes aceitam e promovem o fenômeno de Basileia II e III, embora sabendo que está sendo e será um longo processo que requer esforços e investimento, mas que representa o futuro.



MSO

Management Solutions
Making things happen



Nueva York Barcelona Buenos Aires Santiago de Chile Londres Milán México DF Lisboa Madrid Santiago de Chile Bilbao Barcelona Santiago de Chile Lisboa Nueva York Milán México DF San Juan de Puerto Rico Barcelona Bilbao Milán Buenos Aires

www.msmex.com

BIS III

Argentina • Brasil • Chile • México • Perú

**CONVENCIÓN
IMPACTOS DE BIS III
EN LA REGIÓN**

MÉXICO D.F.

MSO
Management Solutions
Making things happen

A Convenção

São Paulo



Introdução

A Convenção em São Paulo foi realizada na terça-feira, 22 de maio de 2012, e contou com a participação dos seguintes palestrantes:

Sr. Carlos Donizeti Macedo Maia, Chefe do Departamento de Supervisão de Bancos e Conglomerados Bancários do Banco Central do Brasil (BACEN).

Sr. José Corral, Diretor-Geral Adjunto de Riscos do Grupo Santander.

Sr. Óscar Rodríguez, Vice-presidente Executivo Sênior de Riscos do Banco Santander Brasil.

Sr. Rubens Sardenberg, Economista Chefe da Federação Brasileira de Bancos.

Sr. Caio Ibrahim David, Diretor Executivo e CFO do Itaú Unibanco.

Sr. Dermeval Bicalho Carvalho, Superintendente Nacional de Riscos Corporativos da Caixa Econômica Federal.

Sr. Gedson Oliveira Santos, Superintendente Executivo de Riscos do Bradesco.

Sr. Vilmar Gongora, Gerente Executivo Responsável pelo Projeto BIS II do Banco do Brasil.

Sr. Wilson Luiz Matar, Diretor de Riscos de Solvência do Banco Santander Brasil.

Sr. Rafael Guerra, **Sr. Juan Fabios** e **Sr. Marcos Izena**, Sócios da Management Solutions.



Sr. Carlos Donizeti Macedo Maia (BACEN)



Sr. José Corral (Grupo Santander)

Gráfico 1

Requisito mínimo de capital

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Capital Nível 1	5,5%	5,5%	6%	6%	6%	6%	6%
Capital Total	11%	11%	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8%
Deduções		20%	40%	60%	80%	100%	
Buffer de conservação				0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Buffer contracíclico		Até 0,625%	Até 1,25%	Até 1,875%	Até 2,5%	Até 2,5%	Até 2,5%
Capital Principal Adicional		0% a 0,625%	0% a 1,25%	0,625% a 2,5%	1,25% a 3,75%	1,875% a 4,375%	2,5% a 5%

Requisito mínimo = $\frac{\text{Capital}}{\text{RWA}}$

Gráfico 2



Resumo das palestras

Na primeira parte da apresentação, Sr. Carlos Donizeti Macedo Maia (Banco Central do Brasil) aprofundou-se nos novos critérios para o cálculo do índice de solvência mínimo exigível, diferenciando os conceitos de Capital Principal, Capital Tier 1 e Capital Total. Neste sentido, e em linha com o estabelecido por BIS III, serão exigidos, além do capital mínimo, os buffers de conservação e contracíclico (Gráfico 1). Além disso, deu ênfase às deduções que serão aplicadas no cálculo dos recursos próprios computáveis relacionadas a ativos intangíveis, ativos fiscais diferidos, créditos fiscais e participações.

Na segunda parte, o Banco Central centrou a apresentação nas implicações de BIS II e de BIS III na gestão do capital, apresentando sua visão do que deve ser considerado um planejamento adequado de capital em concordância com os novos requisitos normativos e consistente com os objetivos estratégicos das entidades.

Em suas apresentações, Sr. José Corral e Sr. Óscar Rodríguez mostraram os avanços do Grupo no uso de modelos avançados partindo das perspectivas global e local.

Sr. José Corral indicou que o Grupo tem uma clara orientação com relação à utilização de modelos internos e pretende avançar decididamente em direção ao cumprimento dos requisitos estabelecidos de Basileia III, enfatizando os pilares que sustentam o projeto Basileia: a corporativização de sistemas e ferramentas, a elevada participação da Alta Direção (Gráfico 2) e um modelo de *governance* que garanta a consistência global, levando em conta, por sua vez, as necessidades e requisitos locais de cada país onde opera. Além disso, destacou a importância da integração na gestão, apresentando distintos exemplos práticos do uso dos modelos internos no Grupo.

Conclui indicando que o Grupo Santander reconhece que o uso de modelos avançados tem um alto custo; porém, gera benefícios claros na medição do risco que possam implicar economias de capital, assim como melhoras na gestão do binômio rentabilidade - risco.

Por sua vez, Sr. Óscar Rodríguez detalhou os desafios nas quatro frentes fundamentais do projeto Basileia no Santander Brasil: organização e governança, modelos e metodologias, dados e infraestrutura, e integração na gestão (Gráfico 3).

Gráfico 3



Sr. Rafael Guerra (Management Solutions) apresentou as principais modificações introduzidas pelo BIS III, destacando a maior qualidade dos recursos próprios, o aumento do índice de solvência, a penalização dos ativos ponderados pelo risco das carteiras de atacado, a diminuição da prociclicidade e a regulação da liquidez. Na segunda parte de sua apresentação, enfocou as tendências derivadas do uso de modelos internos nos âmbitos de organização e governança, modelos, integração na gestão, otimização de capital e sistemas.

Como conclusão, destacou a vantagem competitiva que terão as entidades que dispuserem de modelos internos adequados e integrados na gestão.

Na segunda parte do evento foi realizada uma mesa redonda, moderada pelo Sr. Rubens Sardenberg (Federação Brasileira de Bancos).

Sr. Caio Ibrahim David (Itaú Unibanco) destacou em sua apresentação o singular modelo de gestão integrada de riscos e resultados do Grupo, estabelecido através de um vice-presidente único, responsável por Riscos e Finanças. Durante sua palestra, enfatizou sua visão sobre a crescente demanda e qualidade do capital e o estabelecimento de um buffer contracíclico.

Destacou também os principais aspectos da norma local relacionados à Basileia III, cujas definições ainda estão pendentes, e apresentou seu ponto de vista sobre o processo de planejamento e gestão de capital, com ênfase especial na realização de uma gestão ativa dirigida à maximização dos benefícios, assim como ao planejamento adequado do capital considerando a análise de sensibilidade diante de distintos cenários.

Para concluir, comentou as principais implicações na gestão do risco de liquidez, destacando a importância da utilização de cenários de estresse.

Gráfico 4

AMBITO	REQUISITOS	SEG1	SEG2	SEG3	SEG4
Existência de modelo	Existência de modelos específicos desenvolvidos com base em históricos e aprovados pelo Comitê de Modelos	●	●	●	●
Acompanhamento de modelos	Acompanhamentos semestrais conforme a metodologia corporativa e com resultados dentro de metas de previsão, estabilidade	●	●	●	●
Métricas avançadas	Parâmetros estimados PD, LGD e EAD segundo os princípios corporativos com acompanhamento de sua qualidade	●	●	●	●
Admissão / Limites	Níveis de decisão automática, uso de rating, índice de override, carteira pontuada, acompanhamentos de overrides	●	●	●	●
Uso planejamento	Utilização dos resultados dos modelos e/ou métricas associadas no planejamento/orçamento e no acompanhamento	●	●	●	●
Valoração	Preço considerando risco (alcance de um RAROC objetivo)	●	●	●	●
Cobrança / Recuperação	Parâmetros e/ou resultados do modelo estão presentes nas regras que definem a atuação na Cobrança/ Recuperação	●	●	●	●
Reporting	Apresentação de resultados dos modelos e suas métricas nos Comitês de Alta Direção e uso para a tomada de decisões estratégicas	●	●	●	●
Preços de Transferência	Utilização de parâmetros para fixar preços de transferência na valoração das carteiras	●	●	●	●
Provisões de gestão	Uso de PE para a elaboração de provisão de gestão e resultados de gestão	●	●	●	●

Em sua palestra, Sr. Dermeval Bicalho Carvalho (Caixa Econômica Federal) expôs a mudança causada pela evolução de BIS II ao BIS III, passando de um contexto normativo em que a ênfase era colocada na utilização de metodologias internas de medição e gestão de riscos, a uma situação em que a preocupação principal é a capacidade das entidades de absorver as possíveis perdas.

Sua apresentação enfocou um estudo detalhado dos requisitos de capital, destacando o capital adicional que se deve constituir e os ajustes requeridos pelo supervisor.

Sr. Gedson Oliveira Santos (Bradesco) expôs seu ponto de vista sobre os desafios das entidades diante da necessidade de diminuir a alavancagem no sistema financeiro, assim como o impacto do novo índice exigido por BIS III.

Como ponto de atenção, enfatizou que as restrições impostas pelo índice de alavancagem podem ter um impacto relevante nos modelos de gestão de negócio das entidades. E, finalmente, apontou que a complexidade do processo orçamentário irá aumentar, principalmente devido ao tratamento simultâneo de vários índices (alavancagem, liquidez e solvência).

Sr. Vilmar Gongora (Banco do Brasil) começou com uma breve apresentação das adaptações realizadas no Banco no âmbito do projeto Basileia (em organização e governança, processos, modelos e capital, sistemas e reporting). De acordo com o palestrante, um dos desafios mais complexos no processo de adaptação é a integração e comunicação com as áreas de Negócio.

Concretamente, em seu desafio de integração na gestão dos modelos internos, o Banco deparou-se com projetos em diferentes âmbitos que implicaram em um importante esforço tecnológico no desenvolvimento de ferramentas e sistemas integrados de informação.



Sr. Gedson Oliveira (Bradesco), Sr. Caio Ibrahim (Itau-Unibanco), Sr. Dermeval Bicalho (Caixa Económica Federal), Sr. Rubens Sardenberg (Federação Brasileira de Bancos), Sr. Vilmar Gongora (Banco do Brasil) e Sr. Wilson Luiz (Banco Santander Brasil)



Sr. Óscar Rodríguez (Banco Santander Brasil)



Sr. Rubens Sardenberg (Federação Brasileira de Bancos)

Para concluir, o palestrante indicou que a entidade espera, após a realização destas iniciativas, obter um aumento relevante da competitividade, otimizando o uso de capital, aumentando as receitas e reduzindo os custos.

Finalmente, Sr. Wilson Luiz Matar (Banco Santander Brasil) destacou a experiência do banco no processo de adaptação à Basileia II e III. O palestrante apresentou os diferentes critérios utilizados para avaliar o nível de integração de modelos: o cumprimento dos padrões corporativos; sua adequada performance; sua utilização efetiva; o uso de parâmetros de risco e de perda esperada; e, finalmente, o uso do capital econômico, RORAC e pricing.

O cumprimento destes critérios é medido através da aplicação de testes de uso (Gráfico 4) e, a partir destes indicadores, são estabelecidos planos de ação e de melhora contínua.

Conclusões

A Convenção Regional sobre os Impactos de Basileia III realizada em São Paulo foi realizada em um momento de ampla discussão entre as entidades do mercado, proporcionando aos presentes diferentes pontos de vista das entidades participantes.

Como principais conclusões, destacou-se que os requisitos de Basileia II e III implicarão mudanças importantes nas entidades para promover a integração efetiva dos modelos internos na gestão, sendo crítica a adequada *governance* dos mesmos.

Além disso, os distintos palestrantes destacaram que o resultado da aplicação da nova norma aumentará, sem dúvida, a competitividade das entidades e reduzirá os riscos do sistema financeiro.

A Convenção

Santiago do Chile



Introdução

A Convenção em Santiago do Chile foi realizada na quinta-feira, 24 de maio de 2012, e contou com a participação da seguinte equipe de palestrantes:

Sr. Ricardo Matte Eguiguren, Gerente-Geral da Associação de Bancos e Instituições Financeiras do Chile (ABIF).

Sr. Raphael Bergoing, Superintendente de Bancos e Instituições Financeiras (SBIF).

Sr. Patxi Barceló, Diretor de Integração na Gestão de Riscos do Grupo Santander.

Sra. Isabel Goiri, Diretora de Gestão Corporativa do Risco do Grupo BBVA.

Sr. Gabriel Montoya, Controller Financeiro do Banco Santander Chile.

Sr. Mauricio Baeza, Diretor de Riscos do Banco de Chile.

Sr. Juan Ignacio Acevedo, Gerente de Planejamento do BCI.

Sr. Alberto Oviedo, Diretor de Riscos do BBVA Chile.

Sr. Rodolfo Bahamonde, Subgerente de Modelos Tecnológicos de Riscos do Banco Estado.

Sr. Rafael Guerra e Sr. Diego Leis, Sócios da Management Solutions.



Sr. Raphael Bergoelg (SBIF)



Sr. Ricardo Matte Eguiguren (ABIF)



Sr. Patxi Barceló (Grupo Santander)



Sra. Isabel Goiri (Grupo BBVA)

Resumo das palestras

Sr. Ricardo Matte Eguiguren (Associação de Bancos e Instituições Financeiras do Chile) abriu o ciclo de palestras com um resumo da situação da indústria local com respeito às mudanças na economia mundial. Enfatizou que a solidez do sistema e seu desenvolvimento avançado, juntamente com um marco regulatório conservador, permitiram ao país contar com um dos sistemas bancários mais estáveis do mundo. Porém, apontou que a última crise fez lembrar que é preciso continuar trabalhando para fortalecer e modernizar o marco legal e de supervisão, assim como a gestão de riscos do negócio financeiro.

Com respeito ao anterior, destacou a criação, em 2011, do Conselho de Estabilidade Financeira, destinado a velar pela integridade e solidez do sistema financeiro e preservar a estabilidade macroeconômica.

Propôs como e quando adotar os padrões de Basileia III garantindo um processo oportuno e programado, apostando na abordagem destes pontos em conjunto com os Comitês de Riscos da ABIF.

Sr. Raphael Bergoelg (Superintendência de Bancos e Instituições Financeiras) expôs a visão do regulador sobre a situação particular do Chile com relação à Basileia e sobre os desafios apresentados para a instituição quanto à sua implementação. Ressaltou que no país, em termos regulatórios, foi implementado somente a Basileia I e, por isso, há um longo caminho a percorrer. Contudo, apontou que alcançaram-se importantes avanços rumo à Basileia II, como a classificação de gestão e solvência na Lei Geral de Bancos em linha com o processo supervisor do segundo pilar, ou à Basileia III, com aproximações às métricas de liquidez propostas.

O palestrante destacou que o sistema financeiro está no caminho correto para avançar em direção à Basileia II e III, e que a transição pode ser efetuada dentro do calendário estabelecido pelo Comitê de Basileia sempre que as modificações à Lei Geral de Bancos sejam efetuadas antes de 2015 e que a Superintendência alcance uma maior independência operacional (autonomia) e maiores faculdades reguladoras e supervisoras.

Posteriormente, dois grupos financeiros globais discutiram sobre a adaptação à Basileia III em suas instituições:

Gráfico 1



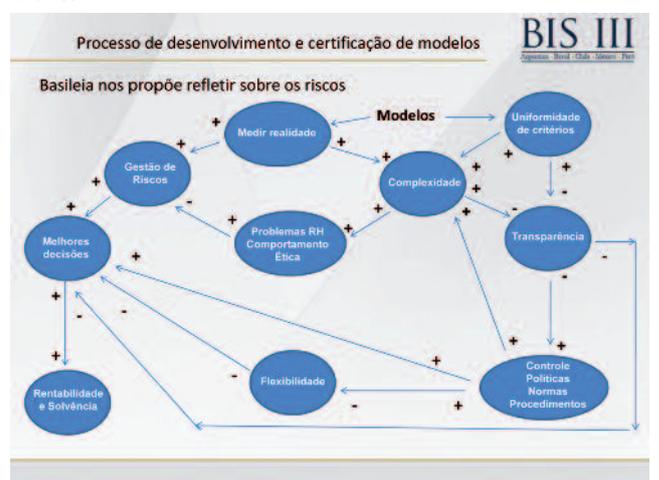
Gráfico 2



Gráfico 3



Gráfico 4



Sr. Patxi Barceló (Grupo Santander) destacou a implantação precoce de modelos próprios de classificação no Grupo, o que permitiu apostar na adoção de modelos avançados quando o BIS II entrou em vigor. Além disso, apontou o adiantamento ao cumprimento de BIS III em termos de core capital, entre outros.

Destacou que a implantação de BIS III no Grupo foi um passo adiante na criação de valor. Embora o investimento em tempo e recursos tenha sido alto, o retorno foi ainda maior: o fato de contar com modelos avançados integrados na gestão melhora a previsibilidade de resultados, a medição de risco e capital, a gestão da rentabilidade e o risco, a criação de valor e a eficiência.

Por sua vez, Sra. Isabel Goiri (Grupo BBVA) discorreu sobre os novos desafios relativos a capital, liquidez e alavancagem, suas implicações e as questões pendentes no setor financeiro global. Apontou também as alavancas que permitiram ao BBVA estar bem preparado para enfrentar os desafios impostos pela implantação de BIS III. Neste sentido, destacou que o Grupo conta essencialmente com métricas de risco de alta qualidade, a utilização de modelos internos para o cálculo de capital regulatório e um marco de fixação do apetite pelo risco.

Sr. Rafael Guerra (Management Solutions) deu início à sua palestra enfatizando que a atual crise financeira e econômica acelerou a aparição de BIS III, ao tornar evidentes algumas carências em regulação e supervisão.

Além disso, apontou as mudanças significativas originadas da utilização de modelos internos nos âmbitos das instituições financeiras, o envolvimento da Alta Direção em termos de riscos com uma visão holística, o desenvolvimento e a melhora dos modelos com uma estreita integração na gestão, a definição do apetite pelo risco e a medição do capital econômico e a rentabilidade ajustada ao risco, entre outros.

O palestrante concluiu apontando que as entidades que alcancem uma melhora na integração de seus modelos na gestão contarão com uma vantagem competitiva com relação às demais.

Finalmente, os principais responsáveis por Finanças, Planejamento e Riscos dos principais bancos do país expuseram suas experiências de adaptação à Basileia III em suas respectivas entidades.



Sr. Rafael Guerra (Management Solutions), Sr. Alberto Oviedo (BBVA Chile), Sr. Mauricio Baeza (Banco de Chile), Sr. Gabriel Montoya (Santander Chile), Sr. Rodolfo Bahamonde (Banco Estado), Sr. Juan Ignacio Acevedo (BCI)



Sr. Gabriel Montoya (Banco Santander Chile) apontou os principais avanços da integração das funções Comercial e de Riscos na entidade, direcionando seus esforços no replanejamento das funções de Riscos, nos modelos e na estimativa de parâmetros e no banco de dados de Riscos para o cálculo de capital (Gráfico 1).

Sr. Mauricio Baeza (Banco de Chile) compartilhou sua visão sobre as novas regulações no setor bancário e seu impacto em potencial sobre a gestão dos riscos de crédito, apontando a importância de um processo de crédito adequado e de encontrar o equilíbrio para proteger os clientes, o sistema financeiro e a economia local com a missão de regular sempre orientada a atenuar os riscos.

Por sua vez, Sr. Juan Ignacio Acevedo (Banco de Crédito e Inversiones) discorreu sobre sua organização e as experiências em questões de suficiência de capital e stress test e apresentou como tem sido o processo de adaptação à Basileia com planos a curto e médio prazo, e uma organização envolvida para isso (Gráfico 2).

Sr. Alberto Oviedo (BBVA Chile) discorreu sobre a evolução dos modelos de gestão dos riscos estruturais e, particularmente, de

liquidez, indicando as metodologias de medição do risco de liquidez, os indicadores normativos e como o marco reforçou a Basileia introduzindo dois novos índices mínimos para a gestão da liquidez (Gráfico 3).

Finalmente, Sr. Rodolfo Bahamonde (Banco Estado) apresentou sua experiência quanto ao desenvolvimento e certificação de modelos internos de risco de crédito, explicando a situação e avanço atual, os processos de backtest realizados pela entidade e as principais dificuldades encontradas neste processo (Gráfico 4).

Conclusões

A Convenção Regional sobre os Impactos de Basileia III na Região realizada em Santiago do Chile concluiu que a implantação das políticas propostas de Basileia III criará grandes desafios para as entidades locais, que devem ser enfrentados em conjunto pelas instituições e pelo regulador de forma colaborativa, com regras homogêneas para todos os atores do sistema financeiro, tanto local como global.

Anexo

Evolução da gestão de riscos no ambiente de Basileia III (pela Management Solutions)



Introdução

Como foi visto, o contexto atual no setor financeiro está marcado por dois fatores: a crise financeira internacional, com diferente impacto nas distintas regiões; e, em parte como consequência do anterior, a maior exigência nos requisitos regulatórios, refletida, entre outros, na norma de Basileia III.

Neste contexto, são apresentados novos desafios para as instituições financeiras no âmbito da gestão de riscos. Partindo da experiência acumulada pela Management Solutions ao acompanhar as principais instituições financeiras de âmbito nacional e internacional em sua evolução para superar estes desafios, neste anexo são apresentadas algumas tendências em termos de gestão de riscos.

Estas tendências podem ser classificadas em oito blocos:

1. Organização e governança de riscos
2. Apetite pelo risco
3. Capital e rentabilidade ajustada ao risco
4. Risco de crédito
5. Risco de liquidez
6. Risco de mercado e contraparte

7. Risco operacional
8. Sistemas de informação de riscos

A seguir, encontra-se um breve resumo dos principais aspectos de interesse nestes oito âmbitos.

1. Organização e governança de riscos

Tanto o Comitê de Basileia como os reguladores locais colocaram ênfase no reforço do *governance* corporativo da Função de Riscos, com dois focos fundamentais:

- ▶ O envolvimento dos órgãos de administração na gestão e controle de riscos em três âmbitos: a aprovação do apetite pelo risco, a definição do *risk framework* e a supervisão da Função de Riscos.
- ▶ A manutenção de uma visão integral de riscos de uma entidade, materializada em um mapa de riscos financeiros e não financeiros e no fortalecimento das linhas de defesa para todos os âmbitos de riscos e suas responsabilidades associadas.

Gráfico 1



Sr. Rafael Guerra (Socio de Management Solutions)



Sr. José Luís Carazo (Socio de Management Solutions)



Sr. Juan Fabios (Socio de Management Solutions)

Nesta linha, as entidades transformaram, de forma notável, vários aspectos das funções de riscos. Algumas tendências observadas seriam:

Organização em primeiro nível

- Diferenciação da definição do modelo de gestão e controle vs. execução e integração na gestão.
- Segregação e potenciação das funções de Validação Interna.

Centralização da decisão

- Centralização das equipes de Riscos nos âmbitos de atacado e varejo.
- Manutenção de um modelo misto em empresas (equipe central e equipes em nível territorial).

Acompanhamento e recuperações

- Criação de departamentos específicos de acompanhamento.
- Alavancagem da execução de recuperação no negócio, mantendo em Riscos a definição das políticas e a aprovação das operações.

Metodologia

- Evolução da Metodologia para que aglutine todos os riscos (incluindo Mercado, ALM ou Capital) e cubra o desenvolvimento de modelos de forma integral.

Suporte operacional

- Desenvolvimento de funções de suporte que dão apoio à Riscos. (administração de sistemas, controle de processos integral, qualidade de informação).



Sr. Hernán Enríquez (Socio de Management Solutions Argentina)



Sr. Julio Holgado (Socio de Management Solutions México)

Gráfico 2

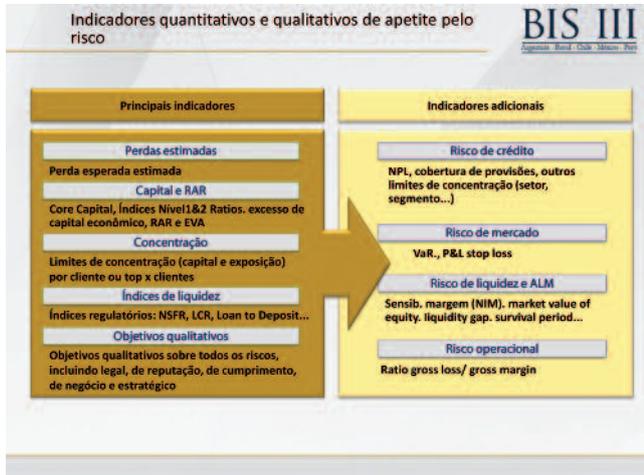


Gráfico 3



Ainda que estas tendências estejam bastante generalizadas, apreciam-se diferenças entre as entidades por razões de sua dimensão, seu caráter global ou local e o grau de desenvolvimento de certas funções (Gráfico 1).

Por exemplo, em entidades internacionais, por motivos de eficiência, certas funções locais são desenvolvidas pelas áreas corporativas. As atribuições, que geralmente são definidas em termos de exposição original, em outras entidades são determinadas em termos de perda esperada ou perda máxima. E a organização das funções de primeiro nível em algumas entidades é realizada com maior orientação a processos (admissão, acompanhamento, etc.), enquanto que em outras atende mais aos segmentos (atacado, empresas, varejo, etc.).

Por último, apreciam-se diferenças entre as entidades quanto à dependência da Função de Riscos: enquanto que em algumas reporta diretamente à Presidência, em outras reporta ao CEO e ao Comitê Executivo.

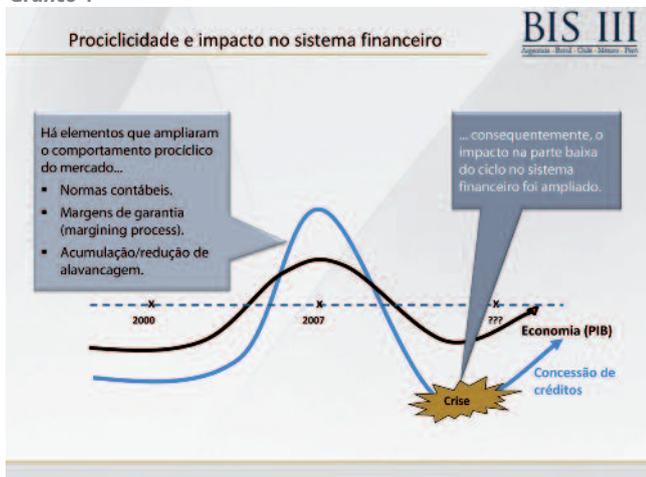
2. Apetite pelo risco

Seguindo a norma e as melhores práticas promovidas pelos países mais desenvolvidos neste aspecto, as entidades avançam na definição e implantação de sua política de apetite pelo risco, entendido como o nível máximo de risco que a entidade quer assumir, baseado no modelo de negócio e nos princípios de gestão de riscos. O apetite pelo risco, assim entendido, deve ser regido pelos princípios básicos a seguir:

1. Deve contemplar todos os riscos materiais e traduzir-se em métricas e indicadores de caráter quantitativo e qualitativo.
2. O apetite pelo risco, a estrutura de limites (ligada ao plano de negócio) e o planejamento de capital devem ter consistência.
3. Na sua definição deve se considerar o possível impacto de cenários de estresse.
4. Embora seja revisado anualmente, tem inclinação para a estabilidade desde que não se modifique a estratégia da entidade.



Gráfico 4

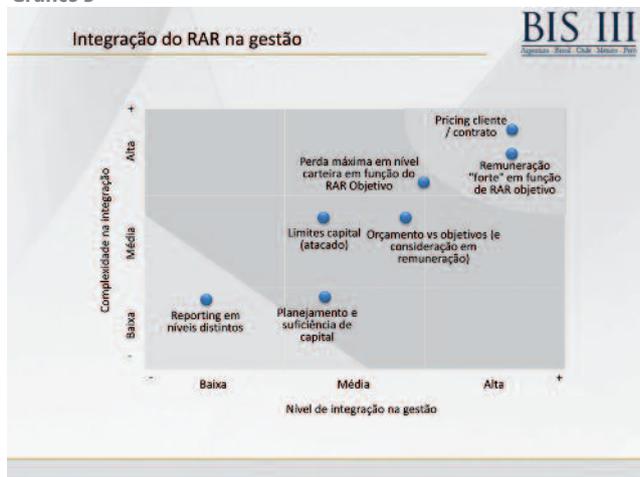


5. Deve ser aprovado pelo Conselho, que também vela pela adequação do plano de negócio ao apetite definido.
6. Um controle independente de seu cumprimento deve ser realizado.

Do ponto de vista operacional, para tornar efetivo o apetite pelo risco é necessário definir uma “política de apetite pelo risco”, composto por:

- ▶ Uma camada de governança corporativa que determine os papéis e as responsabilidades na definição do apetite pelo risco e sua implantação na cultura corporativa.
- ▶ Uma série de indicadores e objetivos (Gráfico 2) quantitativos e qualitativos para quantificar o apetite pelo risco e determinar objetivos baseados nos mesmos.
- ▶ Um processo de monitoramento do grau de cumprimento do apetite pelo risco definido, assim como as estratégias de retorno ao apetite definido em caso de desvios.

Gráfico 5



- ▶ Os requisitos em termos de dados, ferramentas e relatórios para alimentar os indicadores e medir o apetite pelo risco.

Este procedimento constitui a coluna vertebral da Função de Riscos, visto que todas as decisões em nível alto, médio e baixo devem ser encaminhadas para seu cumprimento e qualquer desvio deve ser reportado e reconduzido.

3. Capital e rentabilidade ajustada ao risco

A gestão do capital, tanto regulatório como econômico, é uma preocupação crescente que envolve distintas áreas e processos. Por isso, no últimos anos e atualmente, as entidades têm prestado atenção especial neste âmbito, em parte como consequência ou resposta à regulação de Basileia ou inspiradas nela.

Neste sentido, os principais âmbitos de interesse sobre o capital das entidades financeiras são três:

- ▶ A otimização de capital, consequência lógica do aumento dos requisitos estabelecidos de Basileia III.

Gráfico 6



- ▶ O tratamento da prociclicidade, também abordado de Basileia III através de buffers e outras medidas.
- ▶ O desenvolvimento da rentabilidade ajustada ao risco como eixo central da gestão do risco e sua integração nos processos.

Em termos de otimização de capital, as entidades estão trabalhando há vários anos em diferentes âmbitos de atuação (Gráfico 3): melhorar a qualidade dos dados, ajustar-se a uma interpretação estrita da norma, implementar melhorias metodológicas na estimação dos parâmetros de risco e otimizar os processos de gestão do capital.

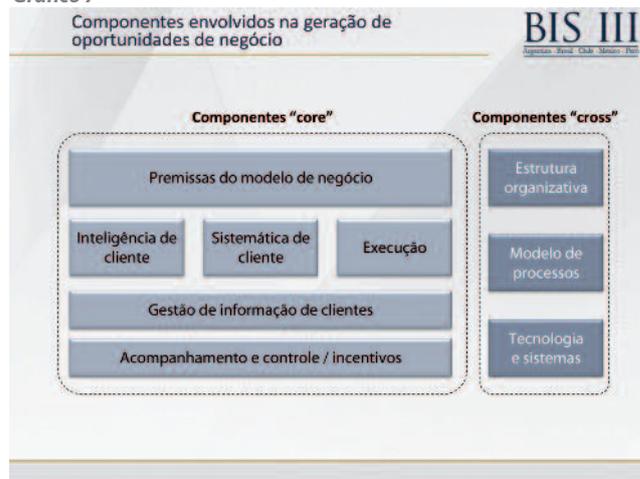
As entidades estão abordando estas medidas de otimização de capital através de iniciativas de carácter distinto:

- ▶ A criação de *task forces* para identificar medidas que otimizem o consumo de capital.
- ▶ A incorporação da visão de capital na gestão dos negócios, implantando processos de determinação de objetivos de capital, planejamento e gestão robustos e integrados com os orçamentos dos negócios.
- ▶ Tudo isso apoiado na sistematização e na especialização do suporte aos processos de cálculo de capital através da constituição de áreas que permitam cobrir as funções que requeiram um suporte operacional eficaz e assegurar a qualidade da informação dos sistemas.

Com relação à prociclicidade, a crise financeira enfatizou sua importância no sistema bancário, nos mercados financeiros e na economia em geral (Gráfico 4), perante o qual a Basileia III e as próprias entidades têm respondido desenvolvendo medidas e políticas anticíclicas:

- ▶ Reduzir o excesso de ciclicidade nos requisitos mínimos de capital: revisar a metodologia de estimação de parâmetros: profundidade histórica, variáveis procíclicas, "PD downturn", matrizes de migração ajustadas ao ciclo, etc.

Gráfico 7



- ▶ Promover o uso de provisões mais prospectivas: estabelecer provisões contracíclicas baseadas na perda esperada para suavizar o impacto no investimento creditício.
- ▶ Conservar capital em forma de *buffer* para seu emprego nos momentos de tensão: acumular capital de reserva para seu uso diante de perdas, coberto com *common equity*, que limite a distribuição de dividendos.
- ▶ Evitar o crescimento excessivo do crédito: dotar o *buffer* contracíclico quando haja crescimento do crédito para proteger a entidade diante de crises sistêmicas.

Por último, a rentabilidade ajustada ao risco (RAR) implica uma melhora competitiva que leva as entidades a ajustarem os modelos internos e avançarem em sua integração na gestão. Com este objetivo, as entidades continuam desenvolvendo suas linhas de ação: decisões estratégicas; modelos de capital, rentabilidade analítica e RAR; integração na gestão; organização e *governance* do RAR; e implantação em sistemas para dar suporte a tudo isso.

Há, porém, um importante percurso para melhorar a integração na gestão do RAR, com diversos níveis de complexidade dependendo do processo, a área e a situação do mercado (Gráfico 5).

4. Tendências em risco de crédito

Dentro do âmbito do risco de crédito, embora as entidades tenham avançado significativamente na integração da gestão dos modelos de decisão de risco de crédito, resta ainda um longo caminho para a melhora; concretamente, a evolução de vários aspectos:

- ▶ Desenvolvimento das políticas de risco garantindo sua consistência com o modelo de decisão.
- ▶ Racionalização dos modelos de decisão para padronizar os processos e incorporar apenas as regras necessárias.



- ▶ Acompanhamento integrado do modelo de decisão (algoritmo e regras) para garantir sua evolução.
- ▶ Melhora da qualidade da informação na construção e implantação.
- ▶ Capacidade de simulação e análise das decisões de riscos antes de sua implantação.

No âmbito dos modelos de decisão, há um avanço no ajuste de seus elementos: a capacidade de previsão dos modelos, as estratégias de decisão automática, a decisão manual, as políticas de preços e a medição da eficácia, a eficiência e a rentabilidade do processo de decisão.

Neste sentido, uma solução para implantar modelos de decisão de forma eficiente é um Gestor de Modelos e Políticas com capacidades de simulação de cenários (Gráfico 6).

Por outro lado, um âmbito que está recebendo uma atenção crescente por parte das entidades é a integração dos âmbitos de Riscos e Comercial. Trata-se de dois “mundos diferentes”, obrigados a se entenderem com um mesmo idioma para alcançarem objetivos compartilhados.

Ambas áreas compartilham muitos aspectos que, administrados de maneira integrada, apresentam um potencial de desenvolvimento elevado: desde a análise da rentabilidade até o próprio modelo de relação da entidade com seus clientes, passando por seus componentes: vínculo, capacidade econômica, etc.

Ainda que historicamente têm se produzido aproximações a esta integração, limitam-se à conciliação de dados. Uma gestão integrada poderia ir mais além da fusão dos dados (datawarehouses de riscos e CRM comerciais) e capturar sinergias em todos os componentes do negócio (Gráfico 7), aproveitando o fato de que muitos destes componentes são semelhantes em ambas áreas, como por exemplo, as áreas de inteligência e modelização ou os processos de acompanhamento.

5. Tendências em risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez nas instituições financeiras está vivenciando uma rápida evolução, propiciada por dois fatores:

- ▶ As condições de mercado, marcadas pelas restrições de liquidez, o encarecimento dos custos de financiamento, a piora da qualidade dos ativos, a preocupação pela otimização da estrutura de financiamento das entidades e a consideração da liquidez nas decisões de negócio.
- ▶ Os novos requisitos regulatórios de risco de liquidez (sendo que até 2009 a norma girava em torno de aspectos qualitativos): os índices LCR e NSFR, as ferramentas de monitoramento (*gap*, *stress test*, etc.) e os novos relatórios de regulação.

Esta evolução é manifestada no desenvolvimento dos *frameworks* de gestão de risco de liquidez em diferentes âmbitos:

- ▶ *Governance*: níveis de decisão e estrutura dos comitês que intervêm na análise e na tomada de decisões.
- ▶ Organização e funções: áreas envolvidas na gestão e controle do risco de liquidez e responsabilidades atribuídas.
- ▶ Políticas e princípios básicos: normas internas aprovadas pela Alta Direção para a gestão do risco de liquidez e critérios considerados para a análise e execução das decisões.
- ▶ Métricas, metodologias e limites: métricas para a gestão e controle do risco de liquidez; metodologias, hipóteses e cenários empregados para sua estimativa; e determinação e controle de limites.

Gráfico 8



- ▶ *Stress test* e planos de contingência: características dos cenários de stress test aplicados e definição de um plano de contingência de liquidez.
- ▶ *Reporting* e suporte: reporting interno e externo gerado na função; infraestrutura tecnológica e de informação para a medição, gestão e controle do risco de liquidez.

6. Tendências em risco de mercado e contraparte

Observa-se uma preocupação crescente pelo risco nas atividades atacadistas, o que está contribuindo para a introdução de novas métricas regulatórias para um maior controle (Gráfico 8): fundamentalmente, o CVA, o IRC, o CRM ou o Stressed VaR.

Esta preocupação também está sendo levada a reguladores e entidades que irão realizar ajustes nos modelos de valoração, na gestão ativa de colaterais e no desenvolvimento de controles adicionais.

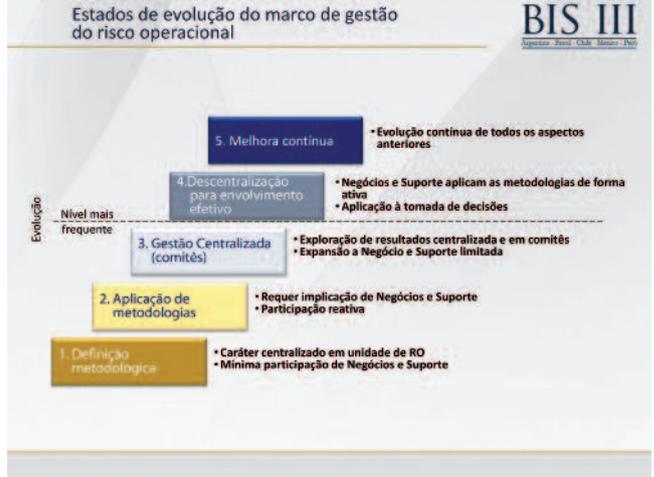
Assim, os algoritmos de valoração estão sendo melhorados, incorporando conceitos antes ignorados, como a perda esperada por CVA ou o ajuste por valoração de liquidez (LVA).

Da mesma forma, observa-se uma importância crescente da gestão ativa de colaterais (ampliando de cash a títulos), otimizando a carteira de títulos em balanço e com objetivos de negócio, e seus impactos nos riscos estão sendo administrados, incluindo a medição da liquidez dos colaterais e o estabelecimento de limites.

Por último, as entidades estão abordando outras iniciativas neste âmbito, dentre as quais cabe mencionar:

- ▶ O desenvolvimento de controles adicionais para identificar uma operação não permitida ou fraude.
- ▶ O desenvolvimento de modelos de análises da idoneidade do binômio produto-cliente para objetivar os critérios de aprovação de novos produtos.

Gráfico 9



- ▶ A consideração do risco de liquidez de mercado na estrutura de limites.

7. Tendências em risco operacional

No campo do risco operacional, após uma primeira onda de aprovações de AMA, observa-se uma desaceleração nas solicitações.

Um dos motivos fundamentais é que, salvo em determinados casos, não são percebidos alguns requisitos de capital por risco operacional significativamente inferiores em entidades AMA frente a entidades Padrão, o que em parte é motivado pela aplicação de *floors* pelos supervisores nos primeiros anos, porque não é permitida a diversificação mediante correlações nem a redução por seguros nos modelos internos, e pelo contexto geral de restrição de capital.

Por este e outros motivos, o *Risk Operational Subgroup* de Basileia iniciou uma análise dos parâmetros de calibragem dos métodos Básico e Padrão que possivelmente derive em variações para a alta nos critérios atuais de determinação do indicador básico e padrão.

Neste contexto, as entidades evoluem rumo a uma maior integração na gestão do risco operacional (Gráfico 9) através de três elementos fundamentais:

1. Consolidação das metodologias e descentralização do modelo de gestão, transferindo responsabilidades em sua aplicação em Negócios e Suporte.
2. Maior ênfase e implantação da análise de cenários como mecanismo crítico de gestão do risco operacional diante de grandes riscos, requerida pelos supervisores.
3. Integração da exposição ao risco operacional no capital econômico e o RAR de Negócios e de Suporte.



8. Sistemas de informação de riscos

As entidades financeiras continuam avançando no desenvolvimento de seus sistemas de informação de riscos, velando pela qualidade e unicidade dos dados. Para isso, continuam ajustando os quatro elementos básicos que os compõem: o modelo de dados, os repositórios de informação, os motores de cálculo e o *reporting*.

Não obstante, a implantação de um modelo de gestão integral do risco é um projeto multidisciplinar complexo tanto do ponto de vista funcional como do tecnológico; de fato, tem fortes requisitos de quantidade e qualidade de dados, de eficiência nos processos de ETL; os motores de cálculo de classificação e de cálculo de parâmetros, capital regulatório e econômico são complexos; e deve-se garantir sempre o rastreamento e a auditoria do cálculo.

A solução para estes requisitos, embora custosa, é conhecida e marca os passos que as entidades devem seguir:

- ▶ Modelos de dados unificados e compartilhados.
- ▶ Componentização dos motores de cálculo.
- ▶ Geração integral do reporting de riscos (regulatório, de gestão e financeiro).

Por outro lado, Basileia promove a alavancagem em dados internos da entidade para a geração de informação regulatória e de gestão. A mesma exigência para a informação de Riscos que tradicionalmente tem sido feita para a informação financeira está fazendo com que as entidades avancem na gestão e no controle de sua informação:

- ▶ Unificando a administração dos sistemas de Riscos.
- ▶ Controlando os processos durante toda sua execução.
- ▶ Criando *task-forces* para a melhora contínua da informação.

Conclusões

O contexto atual tem impulsionado rumo a uma maior regulação sobre a medição e gestão dos riscos, especialmente do capital, da alavancagem e da liquidez. Neste ambiente, as entidades enfrentam mudanças estruturais em todos os âmbitos: organização, processos, metodologias, sistemas, etc. inclusive em seus modelos de negócio. Ainda há muito por fazer; porém, espera-se que as lições aprendidas da crise sirvam para fortalecer a Função de Riscos e prevenir crises futuras.

Isto exigirá uma concentração nos esforços nas tarefas essenciais que, à luz do exposto, podem ser resumidas em seis pontos-chave:

1. Aperfeiçoar o plano diretor de adequação à Basileia.
2. Revisar a organização e a governança da Função de Riscos.
3. Estabelecer um framework corporativo de apetite pelo risco.
4. Continuar o desenvolvimento de modelos internos, capital e RAR.
5. Avançar na integração na gestão dos modelos e do risco de liquidez.
6. Aperfeiçoar o modelo de informação de Riscos.

Glossário

Apetite pelo risco: nível de risco que uma entidade deseja assumir em sua busca pela rentabilidade e valor. Expressa seus objetivos de mix de negócio e estrutura de balanço, suas preferências por cada tipo de risco, o equilíbrio aceitável entre risco e rentabilidade, a volatilidade assumível, seus limites de capital, sua tolerância à perda e seus índices de liquidez ótimos, entre outros.

Buffer de conservação de capital: acúmulo de capital introduzido de Basileia III, equivalente a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco (RWA), que deve ser coberto com capital *common equity tier 1*, cujo objetivo é garantir que as entidades sejam capazes de absorver as perdas derivadas de sua atividade em períodos de estresse de vários anos de duração.

Buffer contracíclico: acúmulo de capital introduzido de Basileia III, de quantia discrecional entre 0% e 2,5% dos ativos ponderados por risco (RWA), que deve ser coberto com capital *common equity tier 1*, cujo objetivo é diminuir a prociclicidade do sistema financeiro; deve ser acumulado durante períodos de crescimento creditício e ser liberado em momentos de crise econômica.

Buffer sistêmico: acúmulo de capital introduzido de Basileia III, cifrado entre 1% e 2,5% dos ativos ponderados por risco (RWA), que deve ser coberto com capital *common equity tier 1* por parte das entidades consideradas sistêmicas (*systemically important financial institutions*, SIFIs) para garantir uma maior capacidade de absorção de perdas, como consequência dos maiores riscos que implicam para o sistema financeiro.

CVA: ajuste por valoração do crédito (*credit valuation adjustment*) que reflete as perdas por risco de contrapartida no valor de mercado dos derivados de negociação.

EL: perda esperada (*expected loss*). É igual a $PD \cdot LGD \cdot EAD$. O Comitê de Basileia espera que os bancos cubram a perda esperada com provisões e estabelece a possibilidade de levar os excessos ao *tier 2* e deduzir os defeitos do *tier 1* e *2* em partes iguais. As perdas esperadas são um custo na conta econômica de resultados.

LCR: índice de cobertura de liquidez (*liquidity coverage ratio*), medida de liquidez a 30 dias definida na Basileia III, que obriga dispor de um buffer de ativos líquidos explícito e bem definido.

LGD: perda em caso de falta de pagamento. É igual a 1 menos a taxa de recuperação. Segundo a Basileia II, parágrafo 468, deve ser calculada levando em conta uma conjuntura econômica desfavorável.

Modelos de classificação: são modelos cujo objetivo é prever a probabilidade de que as contrapartes deixem de cumprir as obrigações contraídas em uma operação creditícia. Inclui todos os métodos, processos, controles e sistemas de recompilação de dados e de tecnologia informática que facilitem a avaliação do risco de crédito, a atribuição de classificação de risco internas e a quantificação das estimativas de incumprimento e perdas.

NSFR: índice de financiamento líquido estável (*net stable funding ratio*), medida de liquidez a um ano definida na Basileia III, concebida para tornar sustentável a estrutura de prazos dos ativos e passivos.

OTC (*over the counter*): sistema de negociação fora de bolsa de valores através do qual negociam-se instrumentos financeiros entre duas partes, sem a mediação de um mercado organizado.

PD: probabilidade de inadimplência (*probability of default*).

Pricing: processo de determinação de preços, habitualmente ligado a métodos estatísticos para a consecução de uma rentabilidade ajustada ao risco objetivo.

Rentabilidade ajustada ao risco: quociente entre margem (rentabilidade) ajustado ao risco e capital ajustado por risco. As siglas RAR, RAROC e RORAC são utilizadas indistintamente, sendo todas a simplificação de RARORAC (*risk-adjusted return on risk-adjusted capital*).

Risco de crédito: refere-se à possibilidade de que a entidade creditícia sofra perdas derivadas do incumprimento das obrigações contratuais das contrapartes com as quais se relaciona. Sua medição e tratamento estão contemplados na Basileia II e III.

Risco de liquidez: possibilidade de incorrer em perdas por não dispor de acesso a fundos líquidos suficientes para enfrentar as obrigações de pagamento.

Risco de mercado: possibilidade de sofrer perdas diante de movimentos adversos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis em poder da entidade. Está associado à carteira de negociação.

Risco operacional: possibilidade de sofrer perdas como consequência da existência de processos, sistemas ou equipes técnicas inadequadas, ou por falhas nos mesmos, assim como por fatores externos. Sua medição e tratamento estão contemplados na Basileia II e III.

Tier 1: segmento de capital da máxima qualidade. É composto por core capital, que consiste essencialmente em ações ordinárias, reservas declaradas ou resultados não distribuídos, e pode incluir ações preferenciais não resgatáveis e não acumulativas.

Tier 2: capital suplementar ou secundário, de menor qualidade que o *tier 1*. Contém as reservas não declaradas, as reservas de reavaliação, as reservas para falidos, os instrumentos híbridos de capital (*dívida/equity*) e a dívida subordinada.

Tier 3: capital terciário, que compreende uma maior variedade de instrumentos que os segmentos *tier 1* e *2*, incluindo outras emissões subordinadas e reservas não contempladas no segmento *tier 2*.



Agradecimento

A Management Solutions agradece a todos os palestrantes e colaboradores na Convenção sobre os Impactos de Basileia III na Região, por sua generosidade, esforço e dedicação.

Sua experiência e a qualidade das palestras contribuíram de forma determinante para o êxito destas jornadas e por promover a divulgação do conhecimento sobre um aspecto tão relevante como é a gestão integral do risco nas instituições financeiras.



Management Solutions
Making things happen

Nosso objetivo é superar as expectativas dos nossos clientes, para nos converter em seus sócios de confiança

A Management Solutions firma internacional de serviços de consultoria com foco em assessoria de negócios, riscos, organização e processos, tanto em seus componentes funcionais como na implementação de suas tecnologias relacionadas.

Com uma equipe multidisciplinar (funcionais, matemáticos, técnicos, etc.) de mais de 1.200 profissionais, a Management Solutions desenvolve sua atividade através de 17 escritórios (9 na Europa, 7 nas Américas e 1 na Ásia).

Para dar cobertura às necessidades de seus clientes, as práticas da Management Solutions são estruturadas por indústrias (Instituições Financeiras, Energia e Telecomunicações) e por linhas de atividade (FCRC, RBC, NT) que agrupam uma ampla gama de competências - Estratégia, Gestão Comercial e Marketing, Organização e Processos, Gestão e Controle de Riscos, Informação de Gestão e Financeira e Tecnologias.

Na industria financeira, a Management Solutions presta serviços a todos tipos de sociedades, bancos, seguradoras, fundos de investimentos, instituições financeira, etc, tanto em organizações globais como em entidades locais e órgãos públicos.

José Luis Carazo

Management Solutions (Corporate)
jose.luis.carazo@msspain.com

Rafael Guerra

Management Solutions (Corporate)
rafael.guerra@msspain.com

Marcos Izena

Management Solutions Brasil
marcos.izenam@msbrazil.com

Juan Fabios

Management Solutions Brasil
juan.fabios@msbrazil.com

Julio Holgado

Management Solutions México
julio.holgado@msmex.com

Carlos Carnicero

Management Solutions México
carlos.carnicero@msmex.com

Diego Leis

Management Solutions Chile
diego.leis@mschile.com

Hernán Enríquez

Management Solutions Argentina
hernan.enriquez@ms-argentina.com

Desenho e Editoração
Dept. Marketing e Comunicação
Management Solutions Espanha

© **Management Solutions, 2012**
Todos os direitos reservados

www.managementolutions.com

Madrid Barcelona Bilbao London Frankfurt Warszawa Zürich Milano Lisboa Beijing
New York San Juan de Puerto Rico México DF São Paulo Lima Santiago de Chile Buenos Aires